

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	140.016.056,68	1.186.297,64
Pessoal Ativo	126.529.043,32	842.147,87
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.067.452,43	24.405,69
Outras Despesas de Pessoal Dec. de Contr.Terc(§1º art.18 da LRF)	2.419.560,93	319.744,08
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	3.265.293,59	8.972,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.251.403,23	8.972,71
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores ao período da apuração	13.890,36	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	136.750.763,09	1.177.324,93
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		137.928.088,02

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	8.576.297.989,54
% DO DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,61%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <6%>	514.577.879,37
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <5,7%>	488.848.985,40
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <5,4%>	463.120.091,43

Fonte: SECCOC

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, no termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Guilherme Nunes de Avelar Neto
Diretor de Administração e
Finanças

Suzana Regina Damasceno
Coordenadora de Controle
Interno

Henrique Higídio Braga
Presidente

Orlei Pereira da Silva
1º Vice-Presidente

Leonardo Silveira de Castro Pires
2º Vice-Presidente

Neli Pereira de Aquino
Secretária-Geral

Juliano Lopes Lobato
1º Secretário

Carlos Magno Pereira de Freitas
2º Secretário